

em nereidas e tritões. Disso mesmo constituem um excelente exemplo os textos «Vénus Momentânea» (*Inventário de Junho*, in *Obras Completas — I*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2007, p. 107-9) ou «Uma Copejada de Atum» (*Agosto Azul*, in *Obras Completas — I*, ed. cit., p. 462-70).

³⁴ Manuel Teixeira-Gomes, *Regressos*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1991, p. 95-6.

³⁵ Idem, «Jogos de Bolsa», *Gente Singular*, ed. cit., p. 35-6.

³⁶ *Ibid.*, p. 40.

³⁷ Manuel Teixeira-Gomes, «Deus ex machina», *Novelas Eróticas*, Venda Nova, Bertrand Editora, 1989, p. 40-1.

³⁸ Urbano Tavares Rodrigues, «Teixeira-Gomes Ficcionista à Luz de hoje», *O Tema da Morte. Ensaios*, Coimbra, Centelha, s.d., p. 54.

No tempo em que se faziam revoluções de chapéu de coco e bigodes carbonários

CARINA INFANTE DO CARMO

AO PERCORRERMOS A CRONOLOGIA da obra de José Gomes Ferreira, torna-se evidente que a narrativa da vida e a composição do auto-retrato de artista acentuaram, em crescendo, a força temática da infância. Se o autor a glosa discretamente em *O Mundo dos Outros* (1950) e *O Irreal Quotidiano* (1971), é no livro de poesia *Memória-II* (1959), em *A Memória das Palavras* (1965), em *Coleccionador de Absurdos* (1978) e, sobretudo, em *Calçada do Sol* (1983) que mais a convoca.

As razões desta assiduidade crescente da máscara infantil são indissociáveis da imagem vagabunda, sonhadora e humanista que a criança e o poeta simbolicamente partilham desde o romantismo e que se conjugam perfeitamente na figura melancólica e auto-irónica do autor em José Gomes Ferreira. Na sua última obra publicada em vida, *Calçada do Sol*, investe na composição da infância, sem nunca se esquecer de que ela resulta de um cenário de sombras e fantasmas chamado memória. Escrever o passado significa fixar o infixável; dar letra de forma ao passado que nunca o é porque está sempre a ser reconfigurado a partir do presente da enunciação. Em consequência, nessa obra representa-se não a linearidade cronológica, mas o tempo vivido que acumula, em diálogo, anterioridades, posteridades e contemporaneidades. Além disso, não se escamoteiam as rasuras do esquecimento, presentes até nos brancos que separam os fragmentos textuais. Tal marcação gráfica da página é, por isso, um registo do tempo individual, intersectado por figurações várias e subjectivas do tempo colectivo.

Ciente desse facto, a escrita autobiográfica é no autor em estudo uma forma de declinar a modernidade estética: assim se justifica a sua vigilância auto-reflexiva, quando medita sobre as condições, os instrumentos e a eficácia do trabalho literário e também quando imagina versões do que o *eu* foi e do que poderia ter sido ou poderia vir a ser. No primeiro fragmento de *Calçada do Sol*, o *eu*-autor inventa para si a personagem de um duplo que aparece graças

à oscilação entre a primeira e a terceira pessoas enunciativas e pela nomeação suposta de si como Leandro («supunhamos que me chamaram Leandro»¹). À mistura com autobiografemas que remetem para o pai e para o clima exaltante da I República põe a nu a ficcionalidade de toda e qualquer personagem, inclusive a autobiográfica.

Num esquema de tema e variação, a figura infantil confirma a excepcionalidade do poeta e os limites da memória. Por um lado, ela é a prova de que, vida fora, o esforço de se tornar e manter poeta não matou dentro de si a criança que foi. Por outro, a evocação não esconde as sombras da degradação e da velhice, abrandadas pela auto-ironia. Não ao acaso o subtítulo de *Calçada do Sol — Diário Desgrenhado de Um Homem Qualquer Nascido no Princípio do Século XX* — faz da hipálage («diário desgrenhado») um modo de citar Montaigne: o livro é feito da matéria do seu autor, mesmo se dado como anónimo («um homem qualquer») e tomado pela marca do século que é o seu. Assim o livro duplica a figura do autor e reinventa a forma do diário, personificado por um emblema típico do poeta romântico (o cabelo desgrenhado) e da figura pública de José Gomes Ferreira já idoso, com a sua farta cabeleira branca.

A energia vital da infância é metaforizada num lugar ficcional, enunciado no título do livro e do seu primeiro capítulo, que privilegiarei de seguida. A ela se associa a noção de aprendizagem e metamorfose, na Lisboa dos primeiros anos de Novecentos. Sobre essa topografia imaginária escrevem-se as memórias indeléveis da infância que coincidem com a ascensão e vitória do republicanismo: «Desde o dia em que soltei o meu primeiro ‘Viva a República!’ na Calçada do Sol — exactamente em 5 de Outubro de 1910 — senti no mundo um dançar de bandeiras em mastro pleno. E aprendi a cantar as canções que só soube de cor, muitos anos depois de esquecer-las» (p. 24).

À euforia com que vive esse dia inaugural do século xx português não é alheia a influência do pai-herói, de mestres e amigos que lhe deram a consciência de viver a história colectiva e que o impulsionaram na aventura poética e na rectidão cívica de toda uma vida. O fundo sentido da herança vem-lhe em primeiro lugar do pai, Alexandre Ferreira², que o filho elogia pela sinceridade das suas convicções, granjeando enorme popularidade entre as camadas baixas da pequena-burguesia lisboeta: fala dos seus discursos proferidos nas inaugurações de cantinas destinadas aos mais humildes; do entusiasmo com que promoveu o associativismo e o mutualismo; do empenho com que se envolveu nas Universidades Populares, a cujas conferências levava o pequeno José, obrigando-o aí a «disfarçar os bocejos com atenção fingida» (p. 17, itálico do texto).

O relevo da figura paterna, sempre identificada pela maiúscula, confirmava-se em inúmeros lugares da obra de José Gomes Ferreira. Sublinho a dedicatória da segunda edição de *Poesia-I*, de 1962, onde identifica o pai como mentor do seu caminho nas letras:

*À memória de meu Pai, Alexandre Ferreira, mestre de virtudes republicanas com quem aprendi tudo o que sei da Vida, da Morte, da Liberdade e do Amor. Foi para ele que reuni estes versos, depois de 27 anos de silêncio, quando o senti perto da Morte — que encarou com coragem exemplar.*³

Três anos depois, em *A Memória das Palavras* (1965), volta a escrever sobre a influência do pai na sua formação artística, que não apenas poética porque também musical. Refere que essa aprendizagem se cruzou com a aprendizagem política, graças em particular à «sedução da figura social do Poeta»⁴ (p. 14). O fascínio pelo Poeta traduz-se em três ícones que, à data, a pequena burguesia republicana endeusava:

[...] espanto mítico a morrer de fome, cingido de loiros como Camões, a praguejar tempestades vazias como Junqueiro, ou a arrastar os andrajos azuis dum menino nos olhos aguados de Gomes Leal, a quem o meu Pai me ensinou a saudar, respeitoso, de boné na mão, sempre que o lobrigávamos nos Anjos, tontinho, de chapéu à banda, flor na botoeira, gestos de bamboleiro desatinado...⁵

O afecto saudoso não impede a finura da análise socioliterária. Na verdade, identificam-se Camões, Junqueiro e Gomes Leal como ícones literários, de fundo romântico e patriótico. Guerra Junqueiro e Gomes Leal eram, à data, escritores vivos, conotados com o ambiente neo-romântico, pró-republicano e anticlerical: ora pelo grito panfletário e satírico do poeta-vate que é Junqueiro ora pela figura de vagabundo visionário do autor de *Claridades do Sul*, já retratado por Raul Brandão em *Memórias. 1.º Volume* (1919). Acresce ainda o génio camoniano que, aos olhos da elite intelectual portuguesa, foi sendo transformado, ao longo do século XIX, em mito moral, histórico e ideológico de um país decadente que sonhava ver-se renascido: já havia sido o símbolo mobilizador de artistas liberais e, a partir de 1880, os republicanos apropriam-no com eficácia na sua máquina de propaganda nacionalista contra a Monarquia⁶.

Afinal de contas, o escritor ganhara o estatuto de grande herói e alma da nação, integrando o plano positivista de substituir o culto a Deus e aos santos pela veneração dos grandes homens. Na escalada republicana são cruciais as iniciativas de homenagem a Alexandre Herculano (1888 e 1910), João de Deus (1896), Almeida Garrett (1899), António Feliciano de Castilho (1900) ou António José da Silva (1913). Com a vitória republicana, Camões eleva-se à posição de santo laico e a sua epopeia ganha a proeminência de livro sagrado do patriotismo português. A invocação do passado foi o meio de assegurar a legitimidade a um regime novo que vencera por ruptura com o passado monárquico e católico. Não admira que a sua promoção se tenha feito na escola do tempo, mediante rituais endoutrinadores e nas cartilhas e

selectas que constituíam um poderoso veículo da memória histórica, erigida em mitologia nacional⁷.

Embora formado por vozes e imagens oitocentistas do escritor-sacerdote-tribuno, José Gomes Ferreira fez entretanto o seu caminho modernista e chegou, no limiar dos anos de 1950, a uma apropriação irónica do modo panfletário e à imagem alterizada de autor fixado pela autobiografia⁸. *A Memória das Palavras* confirma justamente essa dissidência em relação ao legado panfletário, que parodia na sua *estética do grito*. Em *Calçada do Sol*, por seu turno, é contada uma história infantil que antecipa o poeta-adulto afastado da exaltação declamatória. Aparece um duplo ao protagonista, depois de ter batido com a testa num prédio. Para curar a enfermidade, passa a usar óculos escuros, pelo que acede ao mundo mágico da poesia e à visão «de luto e de luta» (p. 20) dos operários seus vizinhos na Calçada do Sol. Partidos os óculos, o poeta-Leandro-criança passa «a ser uma espécie de Camões oculto» (p. 21), o que lhe confirma, a traço auto-irónico, a vidência predestinada da poesia.

Neste diário inventado, ecoam, sem respeito pela linearidade cronológica, os anos do ocaso monárquico, vencido pela massificação da política que o republicanismo e as sociedades secretas a ele associadas conseguiram fomentar. No terceiro fragmento (à semelhança de todos os fragmentos) de *Calçada do Sol*, no lugar que os diários convencionalmente destinam ao local e à data da escrita, temos em itálico uma referência temporal imprecisa; com ela dá-se nota da miopia de quem relembra, emocionado, dois momentos capitais do ascenso republicano, o Regicídio e a Proclamação da República:

Num dia qualquer anterior.

Mas a palavra República é que nos apaixonava. Tinha lá tudo dentro e resolvia todos os problemas do mundo — esperança de barrete fríg[io].

Por ela morreram o Buiça e o Costa no Terreiro do Paço com o pretexto de terem morto o rei.

O mundo é assim — pensava eu, a soletrar as letras garrafais da notícia do atentado num jornal qualquer. Um sítio criado para os bichos se matarem e comerem uns aos outros.

Sentia-me triste naquele dia em que fui pôr uma flor nas campos dos regicidas. Tão sozinhos, tão sozinhos...

(p. 12)

A romagem às campos dos regicidas, aonde o pequeno José é levado pelo pai, é sinal da subversão republicana, crescentemente vitoriosa, e de uma simpatia declarada por aqueles «mortos malditos e escorraçados»⁹, em detrimento do monarca assassinado. Na passagem acima transcrita não se dão

explicações para o atentado. A pessoa verbal colectiva na qual o *eu* se inclui («a palavra República é que nos apaixonava») exprime a *vox populi* republicana que vê no Costa e no Buiça os mártires necessários à luta antimonárquica, acicatada pela impaciência radical da Carbonária. A memória emocionada dessa solidariedade lembra também como o jovem aprendeu a ver na violência uma dolorosa inevitabilidade, conforme lê nas páginas dos jornais da época, a caminho de um momento *viril* da história nacional.

Depois dá-se a exaltação revolucionária do 5 de Outubro que arrasta a criança para o meio da multidão, agitada pelo exemplo dos seus mártires e pelo magnetismo de símbolos congregadores que afastam do espaço público os símbolos monárquicos e católicos: «A Portuguesa» e, ainda mais, a bandeira verde e vermelha, herdeira das cores carbonárias de um clube revolucionário portuense ligado ao 31 de Janeiro de 1891. A ela se associa o imaginário romântico da revolução, como fenómeno empolgante, epifânico e regenerador, afim da tipologia e da escatologia bíblicas:

[...] E então proclamaram a República. Aos «vivas» vim para a rua com uma bandeira encarnada e verde na mão direita, e na esquerda uma máquina especial para ressuscitar todos os mortos das guerras e das Revoluções.

Era a máquina de Acordar os Defuntos e os Vivos.

(p. 12)

A cena da criança empunhando a bandeira verde e vermelha é recuperada em diferentes títulos de José Gomes Ferreira: assim acontece em *Revolução Necessária* (1975) e, antes, na série poética *Memória-II* (1959), editada em *Poesia-V* (1973)¹⁰. Nada a estranhar se tivermos em conta que este autor se apresenta como reescritor pois insiste em repetir-se e assim alimentar a utopia de sobreviver ao esquecimento. Por isso, o edifício da sua obra é recursivo no gesto de se citar, transplantar, reenviar e fazer montagens textuais. Deste modo exhibe ironicamente os mecanismos da memória e da escrita, tal como multiplica e expande a figura do autor, as suas narrativas e auto-imagens.

A vibração emotiva da recordação nunca se incompatibiliza com a lucidez irónica, ou não estivéssemos diante de um *eu*-autor determinado pelo paradoxo, lapidarmente sintetizado no título de crónicas *Intervenção Sonâmbula* (1977). É graças a essa melancólica combinação que identifica o irrealismo ingénuo dos primeiros tempos da República: «Mas a palavra República é que nos apaixonava. Tinha lá tudo dentro e resolvia todos os problemas do mundo — esperança de barrete fríg[io]» (p. 12). O sintagma destacado pelo travessão, na última frase, tem o dom de dar forma retórica à abstracção daquele ideário político, personificando-o com o símbolo por excelência da liberdade republicana, que é o barrete frígio.

Em causa está a matriz francesa da I República. Daí que, em *Revolução Necessária*, o cronista reconheça o seu «jacobinismo infantil»¹¹, bebido nas leituras românticas que alimentavam, nas casas da pequena burguesia lisboeta, a religião cívica da República. Ao olhar para trás, a base ideológica republicana é brandamente desmascarada como uma religiosidade racionalista de «palavras ingénuas e entusiasmos pueris — convenhamos — mas afinal tão absurdos, fortes e eficazes, como noutras alvoradas [seria] acreditar em ressurreições de Lázarus e subidas misteriosas de deuses da terra ao céu, sem foguetões»¹². Nessa crença cabem a veneração patriótica de Camões, o ícone da bandeira verde e vermelha ou as litografias berrantes com a figura da República.

Calçada do Sol declara sem rodeios o quanto o republicanismo português citou a Revolução Francesa e o imaginário das barricadas veiculado nos romances de Victor Hugo. Por isso, a dado fragmento, reconhece em Maio de 1968 uma actualização dessa tradição e cruza-a com o tempo da infância, situada em 1911:

Passo os dias e as noites agarrado à rádio para estar ao corrente do que acontece nas barricadas de Paris em Maio de 68.

E não esquecer Victor Hugo que saciava a minha fome de heroísmo. Recordo-me de um jornal meu, escrito aos 11 anos, uma das tarefas em que me lancei foi a de copiar o 93 de Victor Hugo, traduzido aliás por Fialho de Almeida.

As conversas com o meu pai e o ambiente geral empurravam-me para a Revolução Francesa que desejávamos reviver na miniatura do Portugal de 1910.

Em vão, evidentemente. E tão sinceramente que evitávamos ser ridículos.

(p. 37)

O tom lapidar do último parágrafo confirma a lucidez de quem olha à distância de muitas décadas as ilusões não cumpridas do republicanismo português, não sem condescender na sinceridade de denodados republicanos entre os quais ele se inclui, apesar da sua pouca idade. Salva-os a todos de uma avaliação mais implacável, embora não ignore a impossibilidade de as revoluções se copiarem umas às outras. A matéria revolucionária é um tópico consistente de reflexão na obra de José Gomes Ferreira, que se furta a qualquer determinismo messiânico. Por isso, pode afirmar: «na História as revoluções não se fazem a papel químico. Não se repetem. E quando se tentam repetir, o menos que lhes pode acontecer é parecer reacçãoárias»¹³. Assim o diz o cronista de *Revolução Necessária*, valendo-se, na certa, da teorização marxista sobre o assunto, desenvolvida em *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* (1869).

Partindo do caso familiar, José Gomes Ferreira acaba por nos dar a conhecer o universo pequeno-burguês lisboeta, paredes meias com o mundo operário, que constituiu o bloco social e político de apoio à revolução e ao poder republicanos. A este propósito, não posso esquecer o prefácio que José Gomes Ferreira escreveu para as memórias de Aquilino Ribeiro, *Um Escritor Confessado-Se* (1972): aí estabelece o paralelo entre o escritor e o seu pai, por ambos terem tido uma trajectória social idêntica, em direcção à pequena burguesia urbana que, na entrada do século passado, não enfeitava o «micróbio revolucionário»¹⁴ do republicanismo e «chamava às bombas 'artilharia civil'»¹⁵.

A interpretação dos dois percursos biográficos explica uma mesma matriz ideológica: a convicção genuína de que a transformação do mundo passava pela educação e pela cultura. José Gomes Ferreira vê inclusive nas duas personalidades uma evolução ideológica por diferença do aristocratismo da Geração de 70, já que os dois não se fizeram rogados à acção política directa e tiveram, na vida intelectual ou política, o contacto próximo com o povo. É esclarecedora a este título a observação depreciativa do pai sobre a mudança da bandeira oficial: «É uma grande audácia que devia ser aplicada noutra coisa mais necessária. Na modernização da legislação do trabalho, por exemplo. Ou iniciar o socialismo. Mas se querem mudar o azul e branco para encarnado e verde, não hesitem» (p. 13). Tal comentário conota-o com a ala socializante (minoritária) do movimento republicano, de que claramente Gomes Ferreira evoluirá em direcção a um socialismo de base marxista.

Importa, agora, sintetizar o modo como a sua obra avalia os dezasseis anos de regime republicano. A verdade é que faz uma apreciação positiva dos primeiros anos da I República, na que foi a sua fase mais criativa e reformista, com a laicização da sociedade e a legislação sobre matérias relativas à família ou aos direitos laborais. As memórias mais vivas trazem à cena da escrita as movimentações populares nas ruas e a exaltação do ideal revolucionário, deixando quase sempre de lado os dignatários republicanos que se envolveram em estéreis e violentas lutas políticas, como a Noite Sangrenta de 1921, em aventuras autoritárias como o sidonismo ou na guerra que espalhou a doença e a fome entre o povo¹⁶. Daí que só um outro episódio da I República seja recordado de forma tão reiterada como os anos de 1910-11, em *A Memória das Palavras, Revolução Necessária* e *Calçada do Sol*: a Jornada de Monsanto de 1919 contra a intentona monárquica de Paiva Couceiro e o alistamento do jovem José Gomes Ferreira no Batalhão Académico.

Estas memórias infantis e juvenis não procedem a um balanço sistemático do regime republicano. Não é essa a vocação de quem escreve a vida própria. Claro que *Revolução Necessária* se aproxima aqui e ali do discurso analítico mas não se arrisca a ser um ensaio historiográfico que enumerasse as falhas do regime — a desistência do estabelecimento do sufrágio universal, o ato-

leiro da nossa participação na Grande Guerra, o radicalismo anticlerical ou a perseguição do movimento operário e sindical — e explicasse o sacrifício da liberdade às mãos de uma longuíssima e repressiva ditadura que José Gomes Ferreira recusa nomear como II República¹⁷.

Mesmo a utopia educativa do republicanismo, que eleva a escola primária a um instrumento de socialização e aculturação política e social, não lhe suscita qualquer rasgo de proselitismo. Por isso, em «Infância Estragada» (o título deste texto de *O Mundo dos Outros* é sintomático), vale mais a recordação da cabulice e dos pinotes do pequeno José a comer azedas nos descampados da cidade ou a furtar-se à inutilidade da escola e aos professores que mais pareciam «hirtos como afogados»¹⁸. Mesmo a liturgia panteísta da árvore, realizada pela primeira vez, em 1911, desde o advento da República, é subtilmente desqualificada. Dessa festa laica resta a memória (comovida mas tida como ingénua) de José e dos seus colegas a ouvirem a retórica pagã do professor que os leva em «rebanho cívico»¹⁹ até às avenidas novas para plantarem árvores e entoarem um dos hinos do cancionário republicano, «A Sementeira».

Vejo condescendência no modo como o autor trata a República, o que não quer dizer que o seu olhar seja apologético ou acrítico. No entanto, como tive ocasião de defender noutra lugar²⁰, impõem-se dois condicionalismos inescapáveis: a imagem saudosa do pai e o facto de as suas memórias serem publicadas em momentos históricos que, por motivos radicalmente diferentes, desfavorecem a exortação da I República: o salazarismo e o 25 de Abril de 1974. Explico por que faço esta afirmação.

Em «Infância Estragada», vemos a criança enlevada pela «berraria de revolução débil»²¹ dos comícios de propaganda republicana anteriores a 1910: «no meio daquele povo de bigodes carbonários, «p[ê]ras» republicanas, *lavalieres* cívicas, cocos livres-pensadores e nuvens de futuro nos olhos»²². Ao cronista pesa a saudade da palavra pública livre, «dessas assembleias ululantes, sobre as quais pairava o estampido denso das ovações e do palavrório de foguetes»²³. O contraste com a asfixia oratória do salazarismo é uma evidência e falar desses anos inaugurais do século XX é já por si um acto de resistência que contraria a memória rasurada e denegrada que a ditadura difundia da República. Por esse motivo, contra toda a evidência e castração, insiste em mostrar a recordação tão arreigada em si dos comícios republicanos. E, por muito que tenha envelhecido o mundo à sua volta e ele próprio também, não prescinde de fingir a Censura e deixar a insinuação dúbia de uma pergunta que tanto pode dizer respeito a si como ao ditador longo: «(Mas não há meio de morrer, o estafermo?)»²⁴.

Em *Revolução Necessária* reconhece que a Revolução dos Cravos ameaça apagar a memória de 60 anos antes. O cronista é uma testemunha sobrevivente, pelo que alterna os blocos de capítulos sobre o 25 de Abril com os referentes à

resistência ao fascismo e à I República. Insiste em fazer a lista dos momentos viris da história nacional e do século XX, unindo as suas duas datas maiores, 1910 e 1974. O seu olhar em perspectiva coloca-o na posição do melancólico que descobre a força de imaginação poética nas duas revoluções, procurando, em todo o caso, aferir nelas as diferenças nas práticas, ritos, narrativas, emblemas, *slogans* e heróis. Por isso é tão comovida e comovente a crónica «Viva a República» sobre a cerimónia evocativa de 5 de Outubro de 1974, em plena Câmara Municipal de Lisboa.

Já *Calçada do Sol* multiplica os lugares a partir dos quais o *eu*-autor se mostra a rememorar a criança que foi na Lisboa republicana do início do século XX. Assim se compreende que liberte mais a imagem de vitalidade criadora e ingénua da infância que em muito se assemelha ao germinar revolucionário, seu contemporâneo, de 1910. Por isso faz sentido que, uma vez mais, misture os planos da história pessoal e colectiva:

A inquietação que levava os homens da Primeira República a barricar-se na Rotunda para deitar abaixo um Ministério a mim obrigava-me a rolar nos telhados, fazer dos muros cavalos de cal, romper os calções em quedas e correrias tontas.

Tudo isto acontecia num ponto qualquer do Universo em que eu ostentava o nome de Leandro numa pauta colada no átrio da Escola pública e aprendia o não-amor com a Joaquina que me arrastava para um canto ao fundo da sala. [...]

Ao mesmo tempo atirava uma pedra que não chegava ao sol e talvez se contentasse em desenhar uma órbita em redor da Terra. E, cheio de raiva, lavava as mãos com o sabonete recusado por Mia que me ajudava a fabricar o ódio apaixonado que sentia por Joaquina.

(p. 18-9)

NOTAS

- ¹ José Gomes Ferreira, *Calçada do Sol*, p. 11. As citações de *Calçada do Sol* serão a partir de agora identificadas pela página correspondente.
- ² Alexandre Ferreira (1877-1950) foi *maçon* e republicano destacado durante a I República. Filiado no Partido Republicano Português em 1914, foi eleito para a Câmara Municipal de Lisboa em 1916, tornando-se seu vereador em 1922, e exercendo actividades no domínio social e cultural até 28 de Maio de 1926. Em 1925, foi eleito deputado. Durante vários anos, foi gerente comercial: daí a sua ligação aos Inválidos do Comércio, que fundou, em 1929, e a que presidiu até 1950. Destacou-se como fundador da Universidade Livre, em 1911, e na organização das colónias de férias para crianças pobres, na Cruz Quebrada e na Quinta da Paiã, em Lisboa. No âmbito das comemorações do centenário do nascimento de José Gomes Ferreira, em 2000, a Biblioteca-Museu República e Resistência, da Câmara Municipal de Lisboa, organizou a exposição e respectivo catálogo sobre as duas figuras, *José Gomes Ferreira, Alexandre Ferreira. A Revolução É Um Sonho*, com coordenação de João Mário Mascarenhas e Manuela Rêgo.

- ³ Itálico do texto. No volume 1 de *Poeta Militante* (1977) consta apenas a primeira frase desta dedicatória, eliminando o pormenor da emoção sentida por José Gomes Ferreira no momento em que ainda conseguiu mostrar ao pai *Poesia-I* (1948). Este livro foi publicado mais de um quarto de século depois da sua juvenília neo-romântica de *Lírios do Monte* (1918) e *Longe* (1921) que já o pai ajudara a editar.
- ⁴ José Gomes Ferreira, *A Memória das Palavras*, p. 14.
- ⁵ Idem, *ibid.*, p. 14-15.
- ⁶ Ofélia Paiva Monteiro identifica o perfil humano e poético que o romantismo associou a Camões enquanto «símbolo da aliança, incompreendida pela mesquinhez ambiente, de hombridade, exaltação, patriotismo e mérito artístico» («Camões (na literatura romântica portuguesa)», p. 73). Cf. ainda Eduardo Lourenço, «Camões no Presente», p. 151-60.
- ⁷ Cf. Joaquim Pintassilgo, *República e Formação de Cidadãos*, p. 150-76.
- ⁸ Cf. Manuel Gusmão, «Notes for a Cartography of Twentieth-Century Portuguese Poetry», p. 161.
- ⁹ José Gomes Ferreira, *Poeta Militante*, vol. 3, p. 31.
- ¹⁰ Em *Memória-II*, as epígrafes e a numeração dos poemas organizam um fio narrativo e a lista de palavras que revelaram ao poeta-criança o seu século, no meio das vozes do povo, tornando possível a contagem decrescente para a revolução: o Regicídio lido nos jornais (poema V), a visita à solidão das campas dos regicidas (poema VI), «A Portuguesa» aprendida no enterro de Cândido dos Reis e Miguel Bombarda (poema XIII) e, claro, o empunhar da bandeira republicana (poema XII) que, com um cacho de metáforas, desenha a imagem grandiosa da multidão nas ruas: «Manhã de sol fixo / com as ruas barricadas de olhos e bocas / e a minha bandeira de papel de seda / à frente do povo de espingarda às costas / na naturalidade de comandar sonhos nos poços» (José Gomes Ferreira, *Poeta Militante*, vol. 3, p. 81).
- ¹¹ José Gomes Ferreira, *Revolução Necessária*, p. 128.
- ¹² Idem, *ibid.* Não posso deixar de fazer o paralelo, que aqui só poderei enunciar, com o romance *Escola do Paraíso* (1960), de José Rodrigues Miguéis. Este romance dá-nos uma percepção coincidente do quotidiano infantil (de Gabriel), na Lisboa das vésperas da República. Reconhecemos sinais similares da infiltração republicana e da sua explosão nas ruas, coincidindo com o hiato temporal que José Gomes Ferreira associa à sua personagem infantil.
- ¹³ Idem, *ibid.*, p. 59.
- ¹⁴ José Gomes Ferreira, «Uma Inútil Nota Preambular», p. 18.
- ¹⁵ Idem, *ibid.*, p. 19.
- ¹⁶ Cf. José Gomes Ferreira, «Recordação do Enterro de Sidónio» e «Os ministros também falam sozinhos», *Revolução Necessária*, p. 149-55.
- ¹⁷ Idem, *ibid.*, p. 152-53.
- ¹⁸ José Gomes Ferreira, «Infância Estragada», p. 89.
- ¹⁹ Idem, *ibid.*, p. 100.
- ²⁰ Cf. Carina Infante do Carmo, «A 1.ª República na intervenção sonâmbula de José Gomes Ferreira», in *Philology, Memory, and Forgetfulness/Filologia, Memória e Esquecimento*, Act 20, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa — Centro de Estudos Comparatistas (no prelo).
- ²¹ José Gomes Ferreira, «Infância Estragada», p. 92.
- ²² Idem, *ibid.*
- ²³ *Ibid.*, p. 94.
- ²⁴ *Ibid.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRA, José Gomes, *Revolução Necessária*, Lisboa, Diabril, 1975.
- , *A Memória das Palavras I ou O Gosto de Falar de Mim*, 4.ª ed., Lisboa, Moraes Editores, 1979.
- , *Calçada do Sol. Diário Desgrenhado de Um Homem Qualquer Nascido no Princípio do Século XX*, Lisboa, Moraes Editores, 1983.
- , «Infância Estragada», *O Mundo dos Outros. Histórias e Vagabundagens*, 8.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1990, p. 85-103.
- , *Poeta Militante. Viagem do Século Vinte em Mim seguido de A Poesia Continua. Velhas e Novas Circunstanciais*, vol. 3, 4.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.
- GUSMÃO, Manuel, «Notes for a Cartography of Twentieth-Century Portuguese Poetry», in Miguel Tamen e Helena Carvalhão Buescu (org.), *A Revisionary History of Portuguese Literature*, Nova Iorque/Londres, Garland Publishing, 1999, p. 153-75.
- LOURENÇO, Eduardo, «Camões no Presente», *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português*, 3.ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988, p. 151-60.
- MASCARENHAS, João Mário e Rêgo, Manuela (coord.), *José Gomes Ferreira, Alexandre Ferreira. A Revolução É Um Sonho*, Lisboa, Museu República e Resistência/Câmara Municipal de Lisboa, 2000.
- MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus (1895-1939)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva, «Camões (na Literatura Romântica Portuguesa)», in Helena Carvalhão Buescu (coord.), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Editorial Caminho, 1997, p. 72-6.
- PINTASSILGO, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos. A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Colibri, 1998.
- SAMARA, Maria Alice, «O Republicanismo», in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo (coord.), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p. 61-77.